

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 59
Junho – 2005

S U M Á R I O

2 *Relacionamento Brasil-Japão: necessidade de renovação*

Alexandre Ratsuo Uehara

4 *América do Sul e países árabes: ensaio de um diálogo de civilizações*

Thiago Gehre

7 *O “Eixo do mal” e a proliferação nuclear: estarão Teerã e Pyongyang errados?*

João Fábio Bertonha

10 *A China e seus interesses nacionais: algumas reflexões histórico-sociológicas*

Paulo Roberto de Almeida

13 *Lições da França*

José Flávio Sombra Saraiva

RESENHAS

15 *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*

Paulo Roberto de Almeida

17 *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic*

Gilmar Masiero

Relacionamento Brasil-Japão: necessidade de renovação

Alexandre Ratsuo Uehara*

Em 2004 o Japão importou US\$ 2,7 bilhões do Brasil, e juntamente com outros países da Ásia representou 15,1% do total das exportações brasileiras em 2004, ou seja, US\$ 14,56 bilhões, a região é o terceiro mercado para nossos produtos. Porém, segundo os relatórios das “Viagens internacionais do Presidente da República”, entre 2003 e 2005, a região aparece somente em quinto lugar entre as mais visitadas. Nota-se uma concentração das viagens para os países das Américas, com 52,8% do total das 56 visitas do presidente a outros países. Isso pode ser explicado pela importância econômica e política dos países dessa região, pois em termos comerciais as Américas representaram 46% do total das exportações brasileiras em 2004. A participação européia com 19,6% das visitas, também pode ser assim explicada, pois representou 28,9% das exportações totais do país em 2004.

Consideradas as visitas realizadas pelo Presidente Lula à Índia e à China, a região asiática (3,6%) ficou atrás do continente Africano (16,1%) e do Oriente Médio (8,9%). No caso dos países americanos e europeus a importância das relações econômicas coincide com o maior número de visitas, mas no caso dos asiáticos não. Além disso, há também o aspecto temporal, a primeira visita do presidente fora do eixo Américas-Europa foi para os países africanos em novembro de 2003 (São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África Do Sul) e a segunda para países árabes, em dezembro de 2003 (Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia). Já, a primeira visita à Ásia ocorreu somente em maio de 2004, com a ida do presidente à China. E no caso dos outros dois importantes parceiros

econômicos da Ásia, somente agora, exatamente um ano depois.

Pode-se argumentar que as visitas feitas para os países africanos refletem a política comercial brasileira de se buscar novos mercados. Porém, ao se constatar que a participação brasileira é de apenas 0,8% do total das importações japonesas, será que não se pode considerar o mercado do Japão ainda como um novo mercado ao Brasil? E acrescentando que o poder de compra dos consumidores japoneses, em torno de 36 mil dólares, está muito acima daqueles dos países visitados, pode-se dizer que o Brasil ainda tem muito a conquistar.

Um outro fator a ser considerado é a alta concentração e elevada participação de produtos primários na pauta de exportados pelo país ao Japão. Os 3 principais produtos (frango, minério de ferro e alumínio) representaram 45,9% do total das exportações brasileiras ao Japão, em 2004. Somando-se os 10 primeiros produtos esse índice chega a 70,2%. Comparando-se com os EUA, a soma das exportações dos 3 primeiros produtos a esse país chegou a 14,5% e dos 10 primeiros 30,78.

Portanto, além de conquistar o “novo” mercado japonês é necessário se colocar novos produtos nesse fluxo comercial. Os maiores crescimentos nas exportações brasileiras ao Japão em 2004 em relação a 2003 ocorreram em frangos (118%) e minérios de ferro aglomerado (68,4%). Dos cinco produtos de maior participação nas exportações brasileiras ao Japão, todos são primários.

As exportações para o Japão de 161,3 milhões de litros de álcool ou US\$ 40,2 milhões, em 2004, é uma novidade no relacionamento recente e refletiu

* Analista Político-Econômico da Jetro; Membro do Grupo de Conjuntura Internacional da USP; Presidente da Associação Brasileira de Estudos Japoneses; Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco e na Universidade São Marcos.

um crescimento de 112% em relação a 2003. Esse é um produto que tem gerado grandes expectativas de aumento no valor das exportações brasileiras para o Japão, em razão da possibilidade de sua adoção para uso combustível naquele país. Caso seja adotada a mistura de 3% na gasolina, a expectativa é de que as vendas do produto ao Japão possam atingir 1,8 bilhão de litros, um volume maior do que todo álcool etílico exportado pelo Brasil em 2004, que foi de 1,7 bilhões de litros e em valor US\$ 461,3 milhões. Por enquanto, essa exportação é para utilização industrial.

Todavia, esse produto ainda continua dentro das características tradicionais das relações comerciais entre os dois países. Uma transformação significativa nos fluxos comerciais passa por outros caminhos. A experiência dos países asiáticos, que têm tido uma relação comercial intensa com o Japão, mostra que existe uma correlação entre as relações de comércio exterior e os investimentos. Comparando-se os números de operações de investimentos do Japão nesses países asiáticos, particularmente Asean e China, nota-se que eles foram significativamente maiores que no Brasil.

No período 1997-2003, a média foi de 192 operações de investimentos por ano na China, 46 por ano na Asean, enquanto no Brasil a média foi de 18 investimentos por ano. Portanto, não é casual o destaque da China como parceiro comercial japonês, tanto nas importações como nas exportações. A China, em 2004, correspondeu a 20,7% das suas importações e a 13,1% das exportações japonesas, e se adicionado às exportações realizadas para Hong Kong ao Japão, a porcentagem chinesa sobe para 19,4%. Em termos de mercado ela só perde para os EUA que representa 22,4% das exportações japonesas, já no caso de origem das importações é o primeiro, na frente dos EUA. No conjunto os países asiáticos, em 2004, que receberam mais investimentos japoneses, corresponderam a 48,4% das exportações e a 45,2% das importações.

Olhando-se as importações brasileiras de produtos japoneses que mais cresceram em 2004, nota-se que elas estão relacionadas a partes e componentes dos segmentos automotivos, motocicletas. Mostrando, obviamente, que há uma relação entre o dinamismo das indústrias japonesas e as importações. O que não é fato ruim, principalmente porque esta havendo uma reavaliação das políticas das empresas japonesas, com o objetivo de transformar o Brasil numa plataforma de exportação para os mercados das Américas, em particular a do Sul. Por exemplo, no período de 2003 para 2004 enquanto o crescimento das exportações totais do Brasil foram 32%, o da Toyota foi de 113%, o da Komatsu de 71,1%, o da Nissan 66% e o da Honda Motos de 33,65.

Como foi dito pelo presidente Lula na visita do primeiro-ministro japonês ao país em setembro do ano passado “a visita do primeiro-ministro Koizumi reforça a confiança no potencial de nossas relações ... Estamos resgatando uma parceria prioritária para a política externa de meu governo”. Portanto, espera-se que essa viagem possa ser realmente a continuidade de um processo de revitalização das relações entre os dois países. Talvez ainda seja cedo para incluir conversações sobre o da criação de um acordo de integração econômica entre os dois países, envolvendo o Mercosul e o Japão. Porém, em maio de 2004, já foi levado ao governo japonês, pelo Keidanren, um documento propondo a criação de um acordo de integração econômica Brasil-Japão.

O governo brasileiro dever estar atento para poder fazer avançar essa proposta, pois o governo de Tóquio tem desenvolvido uma nova política em relação aos acordos bilaterais, tendo assinado seu primeiro acordo com a Cingapura em 2002. O segundo acordo foi assinado com o México em setembro de 2004 e diversos outros estão em andamento. Um acordo com o Japão, ainda que tímido, pode ser o seu início para a retomada da revitalização das relações entre os dois países.



América do Sul e países árabes: ensaio de um diálogo de civilizações

Thiago Gehre*

Em 9 de novembro de 2001 as Nações Unidas, por meio da resolução 56/6, apresentam ao mundo a **Global Agenda for Dialogue among Civilizations (GADC)**, um conjunto de princípios e planos de ação que formam um empreendimento audacioso mas ao mesmo tempo auspicioso, que tem por objetivo principal promover a harmonização do relacionamento entre países, regiões e continentes de diferentes partes do mundo. Por um lado, propõe uma tarefa de difícil concretização, que só pode ser pensada no quadro da política mundial, espaço natural para demandas de diversos atores, que não as Grandes Potências, como as ONGs e os Organismos Internacionais. Por outro lado, desafia a rigidez da política internacional que, alinhada aos interesses e desígnios dos grandes, concebe como pano de fundo de atuação internacional a histórica dicotomia entre Ocidente e Oriente, fato que ganhou expressividade com os eventos do 11 de setembro de 2001.

Não obstante, segundo a GADC e em conformidade com as Metas do Milênio das Nações Unidas, a tolerância é um dos valores essenciais para as relações internacionais no século 21, o que deve incluir a promoção ativa de uma cultura da paz e do diálogo entre civilizações. É neste sentido que árabes e sul-americanos se encontraram em Brasília nos dias 10 e 11 de maio de 2005, com a certeza de que estariam colaborando para a construção de uma verdadeira sociedade internacional global, cuja natureza seria baseada no multipolarismo.

A Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA)

Um olhar sobre a ASPA nos leva a entender o real significado deste encontro histórico em Brasília, pois com a negociação política e econômica,

alinhava-se uma rede de “vínculos espirituais” entre seus participantes que tende a ter implicações de longo prazo. Para tanto, fizeram evoluir as negociações em três grandes vertentes: política, econômica e cultural, numa expectativa de fundir as agendas da alta e da baixa política e forjar um novo modelo de interações.

A primeira, ressaltou a necessidade de se caminhar lado a lado em um mundo mais justo e eqüitativo, em que o respeito à diversidade cultural e aos princípios do direito internacional possam coabitar. Assim, a birregionalidade, a cooperação sul-sul, a erradicação da fome e da pobreza, a integridade territorial, a preservação da soberania e a oposição às medidas unilaterais foram alguns dos temas políticos mais importantes da agenda árabe-sul-americana.

A segunda vertente teve desdobramentos mais complexos. Enquanto os homens de estado debatiam medidas conjuntas para se tentar alcançar um elevado grau de desenvolvimento sustentável e formas de ampliar a cooperação tecnológica, econômica e comercial, rumo a inclusão digital de suas sociedades, empresários e homens de negócio procuraram estreitar os vínculos comerciais entre as duas regiões em encontros paralelos. Neste aspecto, vale ressaltar que as intenções do governo brasileiro, em consonância com as demais nações sul-americanas e com os grupos não-governamentais, seriam a de ampliar não apenas o comércio, mas sobretudo os investimentos provenientes do Oriente Próximo e que deveriam ser revertidos, especialmente, para a melhoria da infraestrutura regional da América do Sul.

É, portanto, falacioso pensar que os países sul-americanos conceberam as relações com o mundo árabe como um simples “golpe do baú”, pois a leitura da economia internacional levou-os a vislumbrar as dificuldades enfrentadas por um dos principais pólos

* Mestre em História das Relações Internacionais e professor do IESB-DF.

de acumulação mundial, a América do Norte, e a possibilidade de sinalizar o sul do hemisfério como um porto seguro para os investidores internacionais.

A importância da terceira vertente foi proporcional às outras duas, resultado da percepção mútua de que a proposta da Cúpula era muito mais complexa do que se imaginava. Em decorrência, a Declaração de Brasília enfatizava a importância da interação cultural entre os povos como uma forma de enriquecer a humanidade e de fortalecer os laços, para as gerações vindouras, entre as diferentes civilizações. Para tanto, firmaram compromissos para a disseminação cultural, a partir da cooperação acadêmica e educacional, de trocas de experiências em diversas áreas artísticas e da afirmação de princípios de preservação identitária e da herança histórica de cada uma das regiões.

Contribuições da ASPA

Ademais do que já foi dito, a Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), representou o foro ideal, em momento oportuno, para a consolidação de certas demandas que vêm alinhando países em torno de um projeto mais autônomo, mas não menos realista, de política internacional. Ciosos por mudanças na estrutura internacional, os países presentes na ASPA contribuíram de três formas para a evolução das Relações Internacionais: do ponto de vista teórico-conceitual, no plano prático e no aspecto institucional.

Primeiro, promoveram discussões no âmbito mais teórico: **a) repensando conceitos tradicionais** como i) democracia, que comumente é utilizado como máscara para as ações norte-americanas no mundo; ii) terrorismo, que de meio de atuação foi transformado em um fim em si mesmo pela Doutrina Bush; iii) coexistência pacífica entre as nações, que pode ser a chave para um verdadeiro diálogo de civilizações; **b) criticando noções**, como Sociedade da Informação (concebida como exclusiva e discriminatória pelas Grandes Potências), medidas unilaterais (unilateralismo) e ocupação estrangeira (escamoteada como intervenções humanitárias), que

alimentam o pensamento teórico e por conseguinte subsidiam os tomadores de decisão nas Relações Internacionais; **c) apresentando novas idéias**, como a “Aliança de Civilizações” e a “Solidariedade Internacional”, que pudessem vincular de uma forma mais estreita e equilibrada os países periféricos e centrais entre si.

Segundo, produziram impactos práticos na política internacional: a) vetando a participação dos Estados Unidos no encontro de Brasília, até mesmo como observadores; b) concluindo acordos econômicos (comerciais e financeiros) e abrindo possibilidades para o aprofundamento das relações entre os países das duas regiões (por exemplo, o acordo entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo); c) apoiando a não-intervenção e o direito de resistência das populações locais como forma de reprová-las as atuações unilaterais e imperialistas tomadas desde Washington; d) reafirmando a liderança do Brasil na América do Sul (resultado da diplomacia presidencial brasileira que articulou o encontro desde 2003) perante os atores regionais e extra-regionais; e) abrindo as portas para um diálogo mais produtivo com o continente africano, ao apoiarem Sudão e Somália em suas questões humanitárias e ao confirmarem o encontro entre sul-americanos e africanos nos moldes da ASPA.

Terceiro, afetaram a institucionalização internacional: a) reafirmando o papel pivotal da Organização das Nações Unidas (ONU) como centro nevrálgico das discussões e ações em política internacional; clamaram por sua reforma e apontaram a UNCTAD como fórum ideal para a busca do desenvolvimento; b) resgatando a força normativa do Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP (em processo de revisão quinquenal em Nova York) e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para assegurar a desnuclearização das relações internacionais; c) propondo a criação de instrumentos de governança global e diálogo civilizacional, como o Centro Internacional de Combate ao Terrorismo, um Fundo Humanitário Internacional, o Fundo Mundial de Solidariedade para Combate a Pobreza, o Instituto

de Pesquisas Sul-Americanas (a ser sediado no Marrocos) e a Biblioteca Árabe-Sul-americana.

Árabes e sul-americanos: ensaiando um diálogo de civilizações

Como pode ser visto, o aprofundamento das relações entre duas áreas estrategicamente importantes para o xadrez da política internacional avança por um caminho de inovação e não de reificação dos padrões de interação historicamente constituídos. Portanto, não buscam a simples aliança econômica, política, militar, ou energética, mas ensaiam um encontro de ensinamentos mútuos, ou seja, a tentativa de crescer (se desenvolver) aprendendo com a experiência do outro.

Neste sentido, pode-se imaginar uma fonte comum de ensinamentos em que árabes e sul-americanos busquem meios de afluência. Para tanto, contam não apenas com as vias diplomáticas tradicionais, mas com o estabelecimento, ao longo dos anos, de laços afetivos produzidos pela presença árabe na cultura nacional e pelo contato entre descendentes de árabes que passaram a formar as sociedades sul-americanas e seus familiares residentes no Oriente.

Logo, podemos sintetizar abaixo alguns dos elementos que dão vida ao quadro de diálogo e aprendizagem entre a América do Sul e os países árabes. Por um lado, a América do Sul se constitui a partir de quatro grandes forças que são marcantes para o desenvolvimento da região e podem servir à civilização árabe:

- Multiculturalismo e a tolerância religiosa e étnico-racial.

- Meios pacíficos de transformação e convivência.
- Uso consciente (fins pacíficos) da energia nuclear.
- Solidariedade internacional como uma idéia-força das políticas externas.

Da mesma forma, os árabes estão aptos a enriquecer o quadro de referências sul-americano com um conjunto de interações historicamente construídas relacionadas à:

- Resistência à hegemonia cultural;
- Preservação de um corpo identitário milenar;
- Valorização dos recursos naturais e humanos;
- Interação com o meio físico, pela transposição de adversidades naturais.

Conclusão

Assim, a dialética do relacionamento entre os povos vale-se tanto de uma “ponte sentimental e espiritual” quanto dos esforços políticos-diplomáticos para alcançar uma síntese positiva. No caso do Brasil e da América do Sul, fornece a possibilidade de ensaiarem um diálogo de civilizações com os países árabes, pois juntos se propõem a trilhar os caminhos da paz, não pela limitação do uso da violência ou pela simples acomodação dos interesses nacionais individuais, mas pela transformação da estrutura política internacional. Logo, visam estabelecer um arranjo societário ou comunitário ordenado não por regras produzidas no centro, mas a partir de um quadro cultural compartilhado que valoriza princípios e virtudes coerentes com os meios pacíficos de mudança e atuação, edificados na periferia do sistema internacional contemporâneo.



O “Eixo do mal” e a proliferação nuclear: estarão Teerã e Pyongyang errados?

João Fábio Bertonha*

A imprensa internacional publicou, nos últimos anos, inúmeros artigos sobre o “Eixo do mal” formado, nos dizeres do presidente Bush, pela Coreia do Norte, Irã e Iraque. Com a queda do regime de Saddam Hussein, a Síria parece estar entrando no lugar deste último. De qualquer modo, escreve-se muito sobre o Irã e a Coreia do Norte e, especialmente, sobre os seus programas nucleares e a possibilidade de ambos os países disporem em seus arsenais, logo, de capacidade nuclear.

É muito difícil saber o que está acontecendo no Irã. Como o país tem recursos petrolíferos imensos, não faz sentido a alegação de que ele está construindo centrais nucleares por problemas energéticos. Além disso, como o Irã também desenvolve um programa de mísseis balísticos, como os da série Shahab, parece lógico que seu programa nuclear tem motivações militares. Afinal, para que mísseis balísticos sem que eles tenham o que carregar? Uma estimativa recente diz que, em três anos, o Irã terá armas nucleares para colocar em seus mísseis.

Já o caso norte-coreano parece mais simples de avaliar. O país já tem, muito provavelmente, ao menos alguns artefatos nucleares e suas centrais nucleares, como o complexo de Yongbyon, podem fornecer o plutônio necessário para a fabricação de outros mais. Mísseis norte-coreanos, como o Hwasong-6 (versão modificada do Scud russo) podem atingir a Coreia do Sul, enquanto outros, como os No-Dong-1 e o Taepo Dong-1 atingiriam o Japão. No futuro, uma nova versão desse último poderia até atravessar o Pacífico e levar uma ogiva à costa oeste dos Estados Unidos.

Há toda uma discussão, na imprensa e nas agências de inteligência internacionais, se o Irã e a

Coreia do Norte realmente querem se tornar potências nucleares ou se elas utilizam esta perspectiva como forma de aumentar seu cacife no jogo geopolítico regional e, no caso norte-coreano, chantagear o Ocidente para conseguir alimentos, petróleo ou um compromisso de serem deixados em paz. Parece evidente que o desejo de dispor de algum elemento de poder para negociações está presente, mas fica a pergunta se é apenas isto que está em jogo e se ambos os regimes estariam dispostos a renunciar a seus programas nucleares se concessões fossem feitas.

Tendo a não acreditar nisto, pois, a meu ver, a opção nuclear é, para esses países, muito mais do que um simples instrumento de barganha, mas uma questão de pura e simples sobrevivência do Estado. Eles provavelmente analisaram o ocorrido no Iraque e perceberam que, caso Saddam Hussein tivesse armas nucleares, provavelmente ele ainda estaria no poder, livre para massacrar seu próprio povo. No caso de uma ameaça externa de subversão ou conquista do Estado, elas são realmente fator de segurança fundamental. Também não é impossível que as elites dominantes iranianas e norte-coreanas tenham analisado o exemplo indiano e inferido que a conquista do poder nuclear vai lhes trazer o reconhecimento e o prestígio que elas desejam, eliminando quaisquer possibilidades de eles serem isolados internacionalmente.

O exemplo indiano e paquistanês indica isto. Depois dos testes de 1998, sanções econômicas e ameaças de isolamento internacional foram lançadas sobre os dois Estados. Logo, porém, elas foram esquecidas e ambos os países adquiriram respeitabilidade internacional e a certeza de que serão mais ouvidos no futuro. Já os países que renunciaram

* Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

às armas nucleares e obedecem ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) ganham apenas o agradecimento das grandes potências por aceitarem manter o status-quo e nada mais.

As opções da comunidade internacional e, mais especificadamente, dos Estados Unidos para lidar com esse desafio iraniano e norte-coreano parecem poucas. Ameaçar com o isolamento internacional um país como a Coreia do Norte, já um dos mais isolados do mundo, seria algo sem sentido. Tentar melhorar as relações com esses países é uma opção lógica, mas é questionável se os líderes comunistas linha dura da Coreia do Norte ou os clérigos iranianos aceitariam desistir dos seus programas nucleares apenas para garantir a amizade do "Grande Satã" norte-americano.

Sanções econômicas ou promessas de ajuda financeira e tecnológica podem até ter algum apelo para iranianos e, especialmente, para o governo norte-coreano. Como visto, no caso desses regimes estarem utilizando a opção nuclear unicamente como forma de chantagear o Ocidente, funcionaria. Mas, se a hipótese que levantamos dos dois governos terem optado pelas armas nucleares também como forma de garantir a sobrevivência do Estado for correta, as perspectivas de sucesso seriam poucas.

Restaria uma opção militar. Ambos os países poderiam ser pesadamente bombardeados pela aviação norte-americana, de forma a destruir toda a sua infra-estrutura nuclear. Mas não apenas não haveria a garantia de eliminação de todas as usinas e fábricas de material nuclear (que, segundo informes de inteligência, estariam camuflados e dispersados, como seria lógico de se esperar), como haveria uma inevitável reação militar de Teerã ou Pyongyang.

Realmente, uma escalada, com a invasão da Coreia do Sul pela do norte e o disparo de mísseis contra Tóquio ou, no caso do Irã, Israel, seria provável. Profundamente envolvidos no Iraque, seria razoável, para os Estados Unidos, sustentarem uma guerra contra esses dois países, especialmente quando, provavelmente, nenhum grande aliado (com a possível exceção de Israel e da Coreia do Sul) os apoiaria? Eles até poderiam conquistar ambos os países, mas a

sua ocupação seria o pesadelo iraquiano multiplicado várias vezes.

A opção militar, além disso, só será possível, como visto, enquanto os dois países não forem, comprovadamente, potências nucleares. Quando ambos tiverem um forte arsenal, com mísseis e ogivas prontos a serem disparados, eles estariam praticamente imunes a um ataque, pois a sua resposta seria ainda mais devastadora.

Esquecer o problema também não é uma alternativa. Um Irã e uma Coreia do Norte nuclearizados seriam fatores de desestabilização regional. Japão e Coreia do Sul ficariam tentados a construir seus próprios arsenais nucleares, enquanto a resposta israelense ao desafio iraniano poderia ser devastadora. Enfim, as opções são poucas e praticamente todas deixam a desejar.

Talvez haja alternativas para o futuro que ainda não consideramos. A China provavelmente odiaria ver uma Coreia do Norte declaradamente nuclear ou uma guerra na península coreana, podendo exercer pressões sobre Pyongyang. A deterioração econômica e social da Coreia do Norte e a emergência de uma nova geração no Irã podem acabar desestabilizando os regimes dos comissários e dos mulás por dentro, eliminando a sua condição, aos olhos norte-americanos, de Estados párias.

Todas estas são possibilidades, mas que não eliminam a ironia da situação atual. Se ambos os Estados querem se preservar frente a ameaças de invasão ou desestabilização por parte da Casa Branca, se desarmar e manifestar pacifismo é suicídio. O melhor a fazer é falar grosso e chantagear a comunidade internacional em busca de concessões. Nesse meio tempo, é importante se armar o mais possível para mostrar ao Pentágono que qualquer invasão não seria um passeio como foi no Iraque e começar a juntar o plutônio e o aço necessário para produzir bombas e mísseis. Como potências nucleares, Teerã e Pyongyang estariam praticamente a salvo das ameaças aos seus regimes, ao menos a partir do exterior.

Ressalte-se que não tenho a menor simpatia pelo regime comunista da Coreia do Norte e nem pelo Estado teocrático iraniano e que, pelo contrário, ficaria feliz se as populações desses países pudessem escolher outras opções para o seu futuro. Também acredito que a nuclearização dos dois países será algo extremamente negativo para o mundo e que a opção do Brasil, por exemplo, em renunciar ao armamento nuclear foi a correta, apesar das injustiças flagrantes do TNP.

O que destaco é que, na situação estratégica atual, a opção dos dois regimes pelo armamento nuclear e pelo confronto com o Ocidente não tem nada de irracional, típica de países malignos, sendo perfeitamente lógica se o objetivo é preservar a

soberania do Estado e o poder das elites atualmente no poder, não sendo espantoso que justamente os dois regimes mais ameaçados pela doutrina Bush sejam justamente os que mais aceleram os seus esforços na direção nuclear.

Claro que a Casa Branca não é responsável pelo desejo desses países de disporem de arsenais nucleares. A natureza de ambos e as necessidades geopolíticas regionais provavelmente os levariam a isto e, como visto, as opções para impedi-los são e foram poucas. Mas a doutrina Bush conseguiu reforçar ainda mais a disposição de ambos de partir para o nuclear, o que indica como, muitas vezes, uma política irrefletida pode conseguir exatamente o oposto do que se quer.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A China e seus interesses nacionais: algumas reflexões histórico-sociológicas

Paulo Roberto de Almeida*

A China não tem e não quer ter parceiros, estratégicos ou de qualquer outro tipo. A China é, para todos os efeitos, o seu próprio e único parceiro; ela quer continuar assim e acha que se basta a si mesma. Talvez ela tenha razão.

A China sempre foi uma nação sozinha, isolada e solitária, tanto nos contextos regional e internacional, como do ponto de vista de seu próprio desenvolvimento econômico e social, historicamente baseado num desperdício inacreditável de homens e de recursos materiais, com a elite dirigente consumindo esses fatores sem controle de ninguém e de nada, nem do próprio meio ambiente. Esse processo continua e deve continuar a ocorrer do mesmo jeito, hoje talvez até de forma ainda mais intensa, já que ela pode “mobilizar” recursos de outros países.

A China produziu, em eras passadas, algumas poucas e boas idéias, teve um mandarinato relativamente eficiente, em termos de “burocracia weberiana” e se tornou a maior economia planetária com base numa espécie de entropismo míope. Mas até o século 18, pelo menos, ela continuou a ser a maior economia planetária, não tanto pelas interações (que eram poucas), mas pela sua própria “massa atômica”. Quanto ela deixou de ter idéias, ou quando as idéias dos outros foram mais poderosas, pois que apoiadas em canhoneiras, ela foi humilhada, dominada e esquarterjada. Isso feriu fundo a auto-estima e o orgulho nacionais dos chineses.

Os chineses conseguiram, depois de décadas de lutas (mais intestinas do que contra os inimigos externos, pois que ninguém consegue dominar a China), reverter a decadência e tomar novamente seu destino em mãos. Não tem a mínima importância histórica, ou estrutural, que essa retomada tenha sido

feita sob o domínio do comunismo, um modo de produção absolutamente “passageiro” na história milenar da China. Com comunismo ou com o socialismo de mercado, o novo mandarinato de burocratas e de membros da nova *nomenklatura* trabalha para confirmar o destino secular da China, que é o de novamente se tornar a maior economia planetária e ditar suas regras para os “bárbaros” do exterior.

A China está operando essa volta a um lugar de preeminência econômica no planeta (a segurança militar é mera decorrência disso), mas os atuais imperadores e mandarins têm consciência de que ela não mais poderá fazer isso isoladamente, como ocorreu até o século 18, pois as condições do mundo mudaram. A China assumiu plenamente o conceito de interdependência econômica global, mas como ocorre com o famoso moto orwelliano, num mundo totalmente interdependente, alguns são mais interdependentes do que outros.

A China quer e vai ser interdependente à sua maneira, isto é, acomodando-se a regras às quais ela não mais pode se furtar, mas interpretando-as à sua maneira, e distorcendo-as para seu melhor conforto e segurança. Isto se aplica em quase todos os terrenos de interesse substantivo, mas especialmente às regras de comércio internacional e de investimentos estrangeiros. A China não pretende à dominação do mundo, mas ela não pretende mais que o mundo, ou seja, o círculo das superpotências, a domine mais. Isso não vai ocorrer e a China sabe que tem de conviver com as superpotências, mas não quer se submeter às regras existentes (que aliás nem são ditadas por essas superpotências, mas decorrem do processo de globalização capitalista).

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

A preocupação principal dos atuais imperadores e mandarins chineses é assegurar emprego (e, portanto, comida) a meio bilhão de chineses pobres, que podem, à falta de condições mínimas (mas mínimas mesmo) de existência, perturbar a paz no Império do Meio, e com isso afetar o poder e a dominação dos atuais dirigentes. Etapa importante nesse processo é transformar a China na principal fábrica planetária, aliás a única maneira de acomodar algo como 400 ou 500 milhões de chineses que precisam de emprego (e que não os terão nem na agricultura nem nos serviços).

Como ela só pode fazer isso construindo o seu próprio capitalismo manchesteriano (que certamente deixaria Engels de queixo caído), a China “precisa” destruir empregos no resto do mundo, pois essa é a única condição de sobrevivência de algumas dezenas, talvez centenas de milhões desses chineses “flutuantes”. Por coincidência, essa é também a “missão histórica” que lhe foi assignada, atualmente, pela globalização capitalista, um processo impessoal, não controlado por nenhum país ou conjunto de corporações, mas que corresponde à “lógica” do sistema atual de alocação de investimentos e de organização espacial da produção de mercadorias.

Como a China trabalha com aportes ilimitados de homens e capital (com alguma limitação em outros recursos produtivos, como os de *know-how* e ciência básica), ela não terá nenhuma dificuldade em manter esse ritmo alucinante de destruição de empregos em todo o resto do mundo pelas próximas duas gerações pelo menos (ou seja, pela próximo meio século). A China está ascendendo rapidamente na escala de agregação de valor, não apenas publicando exponencialmente em revistas científicas, mas passando da simples cópia e adaptação tecnológica para a inovação completa, já tendo chegado também ao design e marcas. Seu catch-up promete ser ainda mais impressionante do que o do Japão e da Coreia do Sul e provavelmente não haverá nada comparável na história econômica mundial.

Com tudo isso, a China vai agir exatamente como sempre agem os centros da economia mundial:

organizando sua própria periferia de “abastecimento”, que ela espera poder controlar da forma como fazem os imperialismos modernos: não pela via extrativista, mas por redes de negócios centrados em circuitos financeiros próprios, chineses. A China vê o Brasil como o abastecedor prioritário de produtos alimentícios e de outras *commodities* para sua gigantesca máquina industrial. Ela também pretende inundar o Brasil (e já o está fazendo) de produtos manufaturados correntes.

O Brasil não conseguirá bater a China no terreno da indústria tradicional, isto é, aquela da segunda revolução industrial: ele será fragorosamente batido, como estão sendo todas as demais potências industriais. As indústrias brasileiras, se desejarem sobreviver no mundo manchesteriano-chinês, deverão fazer como todas as outras: avançar na concepção e desenho e mandar fabricar na China. Só assim elas conseguirão sobreviver enquanto empresas, do contrário perecerão corpos e bens. Vão-se os operários e sobram os engenheiros. Quanto mais cedo esse processo começar, tanto melhor para as empresas brasileiras candidatas à sobrevivência no mundo darwinista chinês.

Alguma renda extra será possível obter nos projetos conjuntos de fornecimento energético alternativo e nos produtos intensivos em recursos naturais, como corresponde às vocações ricardianas do Brasil. Países como o Brasil não devem alimentar grandes “planos estratégicos” em relação à China: a China fará aquilo que ela pretende fazer, segundo o seu interesse nacional, e não se deixará demover por nenhuma promessa de “aliança estratégica” ou qualquer outro arranjo que contemple interesses supostamente simétricos. Melhor fazer o que corresponde ao interesse nacional, sem esperar resposta ou gestos correspondentes de parceiros como a China.

Incidentalmente, a concessão do *status* de “economia de mercado” não deve alterar muito o panorama geral e seu desenvolvimento inexorável: ela só atrapalha os desejos protecionistas de alguns ramos da indústria brasileira, tendo uma incidência setorial

em mercados de trabalho específicos. Talvez constitua um exercício útil do ponto de vista do cenário *serial killer* que virá mais adiante, quando a China for plenamente integrada ao regime gattiano normal (o que ocorrerá até 2015). A concessão desse *status* representou apenas uma antecipação do que ocorrerá inexoravelmente no terreno econômico. Ela obriga as

empresas brasileiras a correrem um pouco mais rápido, o que talvez não seja mau, pois elas estavam se acostumando com muita proteção e nenhum desafio, desde 1995, pelo menos.

Brasília, 20 de junho de 2005.



O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Lições da França

José Flávio Sombra Saraiva*

A vitória dos franceses céticos com a Constituição europeia não deve ser analisada como uma tragédia coletiva da integração europeia. Esses processos não são linhas retas, a correrem para um fim único, como na monotonia da noção de progresso do século XIX. Em alguma medida, tais idéias modernizadas e adaptadas às relações internacionais criaram os teóricos funcionalistas da integração e os apaixonados pelo mundo supranacional europeísta. Estes, ávidos por retirar a tensão inerente à construção de um processo complexo, apagaram a força inquebrantável das sociedades nacionais no coração das opções internacionais dos Estados.

Ao contrário do que vem sendo professado por grande setor da imprensa internacional, a Europa não assiste à sua pior crise. Ululante também afirmar que esse não será o último capítulo da construção europeia. Paciência, parcimônia e prudência alinharam, historicamente, o edifício europeu que vem se desenhando desde quase os fins dos anos 1940, com impulsão mais clara nos anos 1950. A Europa inventou essa forma de agir no sistema internacional e saberá encaminhar soluções baseadas na extraordinária forma de obtenção de consensos entre os Estados. Nesse aspecto, as conseqüências das duas guerras mundiais do século XX, em parte iniciadas e desenvolvidas nos palcos políticos e militares europeus, conferiram racionalidade de longo prazo à política internacional do Velho Continente. A Europa não desabará apenas porque os franceses resolveram, momentaneamente, revisar os termos do projeto constitucional europeu.

Os exageros céticos resultantes do referendo na França renegam a força do tempo e seu significado na realização da obra europeia. Os processos de integração são construídos historicamente, com

batalhas fratricidas, ganhos e perdas, além de fatores que jogam pesos diferenciados em cada quadratura temporal. No passado, a Europa perigou não existir, ante as forças que operaram contra a transferência gradual de soberania de Estados recém-saídos de uma deflagração que mais se pareceu a suicídio coletivo. Afinal, estamos celebrando justamente nessas semanas, o fim da maior guerra já travada entre europeus, a Segunda Guerra Mundial e seus 50 milhões de mortos.

No presente, as dificuldades da institucionalização pela via constitucional na Europa são notórias, especialmente aquelas advindas da crise política interna na França. Mas elas também sinalizam que a integração não pode ir além do desejo das sociedades organizadas politicamente. É uma lição que deve ser apreciada pelos observadores sensíveis. Não foi crime ou insanidade votar contra um projeto constitucional que petrifica os fortes em detrimento dos fracos ou que realiza desejos das grandes empresas em detrimento dos valores sociais e dos direitos constituídos pelo estado do bem-estar na França. É preciso olhar o teor de cartazes e vozes que se alinharam com uma Europa social mais que uma Europa econômica e excludente.

Há mais alarde que racionalidade na interpretação de que a integração retrocede a níveis insuportáveis para o conjunto dos países europeus. Ao contrário, os resultados do referendo francês podem ser expressivos em números absolutos, mas não o são em termos percentuais – 54,87% contrários e 45,13% favoráveis.

O silêncio do recém-reeleito primeiro-ministro britânico é modelar. Guarda a cautela europeísta inerente ao atlantismo inglês, mas também

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e do Instituto Rio Branco (Itamaraty). PhD pela Universidade de Birmingham (Inglaterra) e atual diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), escreveu e organizou 12 livros sobre política internacional.

sinaliza que não apenas a França poderia votar como votou. Há, em muitos outros países e em muitas outras populações, uma desconfiança dessa Europa burocrática de Bruxelas, conduzida por funcionários afastados dos dramas sociais do desemprego e das dificuldades das indústrias menos exuberantes, recentemente atacadas pela invasão dos produtos chineses.

As lições da França não são apenas para os europeus. Também servem ao Extremo Ocidente, ao

sul da Américas, ao Mercosul, regiões voltadas às suas dificuldades intestinas pela recente crise diplomática argentino-brasileira. Lembram-nos os franceses que o movimento do ir e vir é próprio ao encontro entre diferentes sociedades. Dúvidas, recuos táticos para negociar o futuro estratégico compõem o devir de processos de transferência de soberania nacional. Que as lições de lá sirvam para também acalmar os cétricos daqui, de plantão sempre que uma crise de crescimento de avizinha.



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Resenhas

Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*

Paulo Roberto de Almeida**

Brasil e Argentina padecem de certa insuficiência de desenvolvimento econômico e social, sendo a maior parte dos problemas derivada de erros de gestão macroeconômica e de escolhas infelizes de suas elites políticas ao longo dos anos de formação das nações respectivas e dos momentos de ajuste aos desafios externos, no decorrer do século XX. Durante muito tempo, prevaleceu no Brasil a noção de que a Argentina era bem mais desenvolvida, graças a um maior componente “europeu” na sua formação étnica e aos maiores cuidados com a educação do seu povo. Depois, prevaleceu na Argentina a noção de que o Brasil foi mais bem sucedido na industrialização e no fortalecimento da base econômica, graças ao maior envolvimento de seu Estado na gestão macroeconômica, em lugar do liberalismo praticado naquelas margens da bacia do Prata. Hoje, se pretende avançar no desenvolvimento conjunto, mediante o Mercosul, mas as salvaguardas e os desvios ao livre comércio demonstram os limites da integração econômica.

Essas visões, parcialmente corretas, decorrem de uma complexa realidade, que é examinada, com lentes cuidadosamente focadas nas particularidades nacionais, por um historiador de cada um desses dois países, que colocam em perspectiva comparada, mas não necessariamente em paralelo, duas trajetórias comparáveis, na forma e no conteúdo. Eles se baseiam, neste empreendimento inédito na historiografia regional, em metodologia proposta há muitos anos pelo historiador francês Marc Bloch, que recomendava o estudo de sociedades próximas no espaço e no tempo, buscando

não apenas as semelhanças, mas também as diferenças. Este “ensaio de história comparada” começa, justamente, por um excelente capítulo introdutório que discute as vantagens e modalidades do comparatismo em história.

As influências mútuas entre os dois maiores países da América do Sul foram, na verdade, limitadas, uma vez que as duas economias sempre foram relativamente excêntricas – isto é, voltadas para os parceiros privilegiados no hemisfério norte – e os regimes políticos mantiveram, contra toda racionalidade e interesses imediatos, certo distanciamento competitivo, que em alguns momentos quase descambou para a hostilidade, ou seja, para a corrida armamentista e para uma possível disputa pela hegemonia regional. Esta se deu desde o início da formação dos dois Estados nacionais, primeiro em torno da Cisplatina – finalmente consagrada como o Estado independente do Uruguai, um “algodão entre cristais”, segundo a definição do diplomata britânico que presidiu ao arranjo de 1828 –, depois a propósito do Paraguai, que antes de surgir como enclave independente, integrava o Vice-Reinado do Rio da Prata, do qual fazia parte também a Bolívia. A diplomacia imperial sempre se preocupou em assegurar que o mesmo poder não ocuparia as duas margens do Prata, daí os conflitos com os caudilhos argentinos, que aliás se prolongaram, pelo menos como hipótese bélica, até avançado o século XX.

Os autores mostram, num jogo de contrastes e comparações, como os dois países enfrentaram, depois de superadas suas repúblicas “oligárquicas” –

* FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)* (São Paulo: Editora 34, 2004, 574 p.

** Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

mais ou menos na mesma época, isto é, os anos 1930 –, seus processos respectivos de modernização econômica e política por meio de experimentos nacionalistas e populistas, politicamente identificados com as figuras de Vargas e Perón. A Argentina logrou, provavelmente, um maior grau de inserção social, mas o Brasil foi bem menos errático no seu processo de desenvolvimento, conseguindo consolidar a construção de uma base industrial que nunca teve paralelo na Argentina, ainda hoje uma economia agroexportadora.

Os azares da Guerra Fria e as ameaças percebidas pelas classes médias como provenientes da sindicalização excessiva do sistema político também conduziram ambos os países em direção de episódios mais ou menos prolongados de autoritarismo militar. Este assumiu dimensões bem mais dramáticas na Argentina, com um custo elevado em vidas humanas e outras conseqüências menos desejáveis no plano das relações bilaterais, como o fenômeno que os autores chamam de “afinidades repressivas”.

A fase de redemocratização permitiu revigorar o processo de integração, que tinha começado no final dos anos 1950, desta vez segundo um formato bilateral

– tratado para a formação de um mercado comum de 1988 – que logo se desdobrou numa dimensão quadrilateral, ao incorporar os dois vizinhos menores em 1991. O Mercosul logrou incluir outros países associados, como o Chile e a Bolívia (em 1996) e, recentemente, os demais vizinhos andinos, mas sua zona de livre-comércio permanece incompleta, sua união aduaneira é perfurada por inúmeras exceções nacionais e o mercado comum, prometido para 1995, um sonho ainda distante.

Este longo ensaio histórico (512 páginas de texto) não traz notas de rodapé, mas um capítulo final de recomendações bibliográficas, o que confirma que os dois autores, dispensando referências diretas de arquivo, trabalharam sobretudo a partir da literatura secundária, em especial sínteses históricas anteriores, o que não diminuiu em nada o seu próprio esforço de síntese. Uma cronologia paralela de mais de quarenta páginas completa a informação histórica sobre a trajetória contrastante, poucas vezes coincidente, de dois países que a visão otimista do presidente Roque Sáenz Peña pretendia resumir nesta frase: “Tudo nos une, nada nos separa”. Talvez, mas a história ainda precisa provar essa assertiva, com a provável exceção dos campos de futebol.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic*

Gilmar Masiero**

Estão os Estados Unidos seguindo a mesma trajetória de ascensão e queda do Império Romano? Chalmers Johnson responde afirmativamente esta pergunta em seu polêmico livro *The Sorrows of Empire*. Segundo ele, contrariamente aos antigos impérios territoriais, a única superpotência mundial está estabelecendo um império de bases militares ao redor do mundo e está, por meio da manipulação de sua política econômica e forte influência no Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, subjugando outras nações. Com o fim da Guerra Fria, logo após a implosão da União Soviética, os Estados Unidos passaram a ser descrito pela literatura especializada e imprensa em geral como uma “lone superpower,” “indispensable nation,” “reluctant sheriff,” e mais recentemente, após o 11 de Setembro de 2001 de “New Rome”. O livro, resultante das discussões desenvolvidas no âmbito do *American Empire Project* que envolve outros autores como Noam Chomsky e Michael Klare, retrata a secular trajetória imperialista norte-americana explorando o novo militarismo que está transformando o país e convocando sua população para sustentá-lo. De acordo com Johnson, diante de um público e Congresso passivos, alguns poucos interesses privados do setor armamentista e petrolífero, via Pentágono, estão se sobrepondo ao Departamento de Estado em assuntos relativos à defesa interna e segurança internacional. A sobreposição é preocupante uma vez que os representantes destes interesses e suas instituições não necessitam dar explicações de seus atos frente às instituições democráticas. O colapso da diplomacia, em função do crescimento do militarismo, pode levar,

segundo Johnson, ao colapso do país se sua população falhar em retomar o poder e restaurar a integridade do Congresso e da democracia participativa. Na ausência de uma reviravolta radical, enumera quatro possíveis *sorrows* (pesares, aflições) para os Estados Unidos. Primeiro, será um estado em guerra permanente inspirando mais terrorismo que pode ocasionalmente combater. Segundo, existirá uma perda continuada de direitos constitucionais e da democracia. Terceiro, a confiança nas autoridades públicas será substituída pela propaganda e desinformação; e finalmente, o país irá à falência. Este conjunto de possíveis acontecimentos levará ao final definitivo da república norte-americana. O presidente do Japan Policy Research Institute e professor emérito na Universidade da Califórnia em San Diego, tem produzido inúmeros livros, sendo a maioria enfocados no desenvolvimento asiático. Seus trabalhos sobre a história contemporânea chinesa como *Peasant Nationalism and Communist Power: The Emergence of Revolutionary China, 1937-1945* (1963) e o desenvolvimento econômico japonês durante 50 anos do século passado, considerado em *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975* (1982) são consulta obrigatória a todos os estudiosos da parte oriental do mundo. Recentemente seus estudos se voltaram ao exame de questões relativas à política externa norte americana escrevendo *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire* (2000). O termo, “blowback”, como explicado pelo próprio autor, foi utilizado pela primeira vez em Março de 1954 em um relatório sobre a operação da CIA – *Central Intelligence Agency* para derrubar o governo de Mohammed Mossadegh, em

* Johnson, Chalmers. *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic*. New York: Metropolitan Books, 2004.

** Professor e pesquisador na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

1953, no Irã. É uma metáfora utilizada para caracterizar as conseqüências não esperadas das atividades governamentais norte-americanas que não foram e não são divulgadas ao público pelos serviços de inteligência do estado. Os medos da interferência da CIA em assuntos iranianos, ao contribuir para instalar 25 anos de tirania e repressão no país, se consubstanciaram com a revolução do Ayatollah Khomeini que depôs o Xá e manteve reféns americanos em Teerã por mais de um ano. A secreta intervenção americana, naquela época, auxiliou a convencer muitas pessoas do mundo islâmico que os Estados Unidos são um inimigo implacável. O foco; do ex-professor da universidade da Califórnia, consultor da CIA e marinheiro durante a Guerra da Coréia em 1950-53; em "Blowback" é o Leste Asiático, onde após mais de 50 anos do final dos conflitos bélicos e do recente final da Guerra Fria, persiste a presença de grandes e dispendiosas bases militares americanas no centro de Seul, na Coréia do Sul e em Okinawa no Japão. Estas e outras 750 bases – além das 969 instaladas em território americano – estrategicamente espalhadas pelo mundo, principalmente as recém instaladas no Oriente Médio, são o foco central de "The Sorrows of Empire".

Império de bases militares e de petróleo

Em *The Sorrows of Empire*, Chalmers Johnson expande os argumentos apresentados em *Blowback* ampliando o espectro das recentes políticas norte-americanas que visam maximizar o poder do país e o lucro de suas empresas no exterior. Ele chama a atenção para o crescimento das empresas militares privadas e para o colapso da diplomacia norte-americana, uma vez que o Pentágono administra 93% do orçamento de relações exteriores e o Departamento de Estado somente 7%. Segundo Johnson, entre as 35 empresas americanas mais lucrativas estão: Halliburton, Kellogg Brown and Root, Vinnell, Military Professional Resources, DynCorp, Science Applications Corporation, BDM (atualmente TRW), Armor Holdings, Cubic, DFI e International

Charter. Estas e outras empresas do complexo industrial-militar não estão sujeitas ao controle do Congresso, disciplina e justiça militar ou mesmo lealdade tributária. O autor argumenta que a "guerra ao terror" empreendida pela administração de George W. Bush é um escudo protetor que permite aos militares expandir suas conexões em regiões geográficas como os Balcãs e a Ásia Central, permitindo expandir não só os serviços de inteligência como também a instalação de bases militares em pontos estratégicos do planeta. Buscando relacionar vários assuntos, Johnson procura mostrar que a "guerra ao terror" é de fato uma guerra pelo controle do petróleo. Ele mostra como o Taliban foi organizado pelos Estados Unidos em 1996 para auxiliar a empresa petrolífera Unocal a negociar a instalação de oleodutos no Afeganistão e demais da Ásia Central.

Johnson procura mostrar também como a administração de George W. Bush perseguiu seus ex-aliados (Saddam Hussein – fortemente financiado e apoiado pelos norte-americanos nos anos 1980 quando estava em conflito com os Iranianos, e Osama Bin Laden – treinado pela CIA para lutar contra o exército soviético durante sua ocupação do Afeganistão) uma vez que já não eram mais úteis aos interesses das grandes empresas de petróleo. Demonstra desconfiança da aproximação do presidente George W. Bush aos presidentes do Uzbequistão, Kyrgyzstão, Kazakhstão e Turkmenistão por deixarem as tropas americanas utilizarem suas bases e voar sobre seus territórios. São estes países exemplos de democracia?

Ao longo do livro, Chalmers Johnson procura evidenciar os novos papéis assumidos pelas forças-armadas norte-americanas após o final da Guerra Fria. Estes novos papéis, nem sempre bem explicados ou compreendidos têm sido os de policiamento imperial; de escutas secretas; de controle dos campos de petróleo e dos canais de distribuição; de enriquecimento do complexo militar-industrial; e, de manutenção de legionários em bases subsidiadas ao redor do mundo. Descreve também como funcionam os serviços de informação que muitas vezes para

contornar a legislação doméstica monitoram suas líderes do setor público ou privado triangulando serviços de escuta e espionagem com o Canadá, Inglaterra e Austrália. Desde 11 de Setembro de 2001, política externa passou a ser o tema do dia tanto nos Estados Unidos como em todo o mundo. Alguns exemplos recentes incluem: *Colossus: The Price of America's Empire* de Niall Ferguson (2004) *Fear's Empire: War, Terrorism, and Democracy* de Benjamin R. Barber (2003) *Incoherent Empire* de Michael Mann (2003) e *After the Empire: The Breakdown of the American Order* de Emmanuel Todd (2003), sobre a mesma temática, ou seja, o império norte-americano. Todos deixam transparecer seus vieses político ideológicos em seus julgamentos analíticos e o resultado, normalmente, deixa a desejar em termos metodológicos e enquadramentos teóricos sustentadores dos muitos juízos realizados. Reconhecendo certas dificuldades neste sentido, Johnson afirma, no início de seu livro, que "imperialism is hard to define but easily recongnized" (p.28). Johnson sistematiza um grande volume de informações históricas interessantes, mas apresenta, além de mencioná-los, comparações fracas e pouco substanciadas sobre os extintos impérios. Todos os impérios eventualmente deixam de existir; afinal, basta chegar ao topo da dominação hegemônica, para que

qualquer império comece a ruir. Nesse sentido, a argumentação de Johnson de que os encargos fiscais de expansão e manutenção de um império são os que o levam a sua própria ruína parece senso comum. Dada a grande experiência internacional do autor – que nesta obra jamais dialogou com autores ou fontes outras que não as norte-americanas – a seguinte questão poderia ter sido considerada. Quanto tempo os povos e nações subjugadas pelo Império se submeterão às suas imposições? O autor desenvolve argumentos interessantes, porém, em nenhum momento, passa do nível descritivo para se fundamentar em metodologias mais consistentes e sistemáticas. A parte mais informada do público é capaz de lembrar que embora os gastos americanos em defesa estejam crescendo de forma alarmante – ao redor de 5% do PIB, sendo superior ao gasto das 25 outras nações que mais gastam em defesa – o mesmo ainda é menor que o despendido durante a administração de Ronald Reagan. O alerta de que o complexo militar-industrial norte-americano está sendo "privatizado" também carece de fundamentação estatística comparativa. Não existem evidências, no livro, de que o emprego de civis neste setor tenha aumentado ao longo dos últimos anos.

Desde a Segunda Guerra Mundial, os americanos testemunharam o crescimento do poder



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br

presidencial, especialmente em assuntos de política externa. Depois de 11 de setembro, este poder tem levado o atual presidente, George W. Bush a não assinar tratados e convenções internacionais importantes, como por exemplo, o tribunal criminal internacional. Nesse particular, comentaristas mencionados por Johnson escreveram “A rejeição americana à constituição do tribunal é a mais enfática declaração de que os Estados Unidos não devem explicações de seus atos a ninguém....Bush quer que os Estados Unidos sirvam de investigador, policial, procurador, juiz e carrasco. Isto é um ideal imperial não uma declaração de soberania” (p 74). As atitudes imperiais americanas podem ser vistas em muitos outros fatos e eventos constantemente veiculados pela imprensa internacional e comentados por diferentes jornalistas ou cientistas políticos. Johnson menciona também um documento do Comando Espacial Americano denominado de “Visões para 2020” onde se argumenta que “a globalização da economia mundial continuará com o crescimento das diferenças entre os que têm (*haves*) e os que não têm (*have-nots*)”. E, segue dizendo que “nós temos a missão de dominar a dimensão espacial das operações militares para proteger os interesses e investimentos americanos” num crescente e perigoso mundo anti-americano (p 81).

América Latina e Brasil

Em *The Sorrows of Empire*, Johnson, nas poucas vezes que menciona a América Latina parece concebê-la como apêndice consumado do Império.

Muitas vezes parece considerar a América Latina como sendo somente a América Central e o Caribe. Neste caso, mesmo atribuindo o início do imperialismo norte-americano à guerra com a Espanha no final do Século XIX e criticando a existência, desde então, da base americana de Guantánamo, não discorre sobre as resistências cubanas ou de outros países latino americanos às recorrentes pretensões imperiais dos Estados Unidos. Para Johnson a guerra ao terrorismo é uma versão camuflada das guerras para controlar as fontes de energia do planeta. Neste particular, os recursos petrolíferos venezuelanos ou mesmo os atuais e potenciais recursos brasileiros, em sua costa carioca e interior da Amazônia não receberam a atenção do autor. O apoio norte-americano ao movimento pendular de ditaduras e democracias no continente latino-americano, onde só em 2001 treinou 15 mil militares, ou mesmo africano, não foi explorado por Johnson que procura evidenciar a intensificação das relações entre os próprios exércitos, muitas vezes distanciadas ou desconhecidas de seus mandatários.

A leitura de livros sobre a formação e atuação do império americano como os de Johnson, ou outros como *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance* de Noam Chomsky (2003) e *New Imperialism* de David Harvey (2003) é indispensável. Neste último, o autor explora as diferenças e contradições existentes entre a “lógica do capital” e a “lógica do território” não muito bem evidenciadas no livro de Johnson. O livro de Johnson merece ser lido e debatido não só pelo público norte-americano, mas sim do mundo todo.

